

PUBLICIDADE LEGAL

**CRÉDITO REAL IMÓVEIS
E CONDOMÍNIOS S.A.**

CNPJ 92.691.336/0001-66 - NIRE 43 3 0001535 1
Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária
 Ficam convocados os senhores acionistas da CRÉDITO REAL IMÓVEIS E CONDOMÍNIOS S.A. ("Companhia") para comparecer à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 23 de abril de 2025, às 14h30min. (quatorze horas e trinta minutos), na sede social da Companhia, localizada na Avenida Carlos Gomes, nº 1450, Auxiliadora, na cidade de Porto Alegre/RS, CEP 90.480-001, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(b)** deliberar sobre a destinação dos resultados apurados pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(c)** Eleger os membros do conselho de administração da Companhia; **(d)** Examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025. Informamos que a presença na reunião também poderá ser virtual, através do ID: <https://zoom.us/j/4785300928>. Porto Alegre, RS, 11 de abril de 2025. **Sérgio Antônio L. de Mello Saraiva** - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

**O CONTEÚDO QUE
FAZ A DIFERENÇA
NO SEU DIA A DIA**



Escaneie o
QRCode e
acesse o
canal
do JC



PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA GARIBALDI S. A., IND. METAL.

CNPJ. Nº 90.049.792/0001-81 – NIRE: 43300011658 – Garibaldi – RS.
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 23 de abril de 2025, às 10h00min (dez horas), na sede social da Companhia localizada na Rua Tramontina, nº 600, em Garibaldi, RS, CEP 95720-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: 1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Parecer da Auditoria Independente relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 2. Destinar o resultado do exercício social de 2024; 3. Fixar o montante global anual para a remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração; e 4) Eleger os membros do Conselho de Administração.
 Garibaldi, RS, em 09 de abril de 2025.
Eduardo Scomazon – Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

ANUNCIE NO JC
 O ALCANCE QUALIFICADO
 QUE A SUA MARCA PRECISA



ENTRE EM
 CONTATO

WHATSAPP: (51) 3213-1342
 EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR



PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA FARROUPILHA S. A., IND. METAL.

CNPJ 87.834.883/0001-13 – NIRE 43300011607 – Farroupilha – RS
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 24 de abril de 2025, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Rodovia ERS 122, Km 61, Distrito Industrial, Farroupilha, RS, CEP 95178-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:**
I-EM AGO: 1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Parecer da Auditoria Independente e o Parecer do Conselho Fiscal relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024; 2. Destinar o resultado do exercício social de 2024; 3. Fixar o montante global anual para a remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração; 4. Eleger os membros do Conselho de Administração; e 5. Eleger os membros do Conselho Fiscal. **II-EM AGE:** 1. Atualização do objeto social da Companhia, incluindo novas atividades; e 2. Correspondente alteração estatutária. Farroupilha, 09 de abril de 2025. **Eduardo Scmazzon – Presidente do Conselho de Administração.**

Jornal do Comércio

**TUDO AO SEU ALCANCE,
 NO SEU TEMPO**

CONTEÚDO, ANÁLISES E PODCASTS



Baixe o App
 e conecte-se
 à informação com
 apenas um clique!



PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA ELETRIK S. A.
 CNPJ nº 88.674.080/0001-01 – NIRE: 43300025225 – Carlos Barbosa – RS.
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO
 Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 24 de abril de 2025, às 14h00min (quatorze horas), na sede social da Companhia localizada na Rodovia BR-470/RS, Km 230, s/n, em Carlos Barbosa, RS, CEP 95185-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: 1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Parecer da Auditoria Independente e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 2. Destinar o resultado do exercício social de 2024; 3. Fixar o montante global anual para a remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração; 4. Eleger os membros do Conselho de Administração; 5. Eleger os membros do Conselho Fiscal. Carlos Barbosa, RS, em 09 de abril de 2025. – **Eduardo Scomazzon – Presidente do Conselho de Administração**

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.



LEIA O QR CODE

ENTRE EM CONTATO PARA FAZER UM ORÇAMENTO E CONHECER MELHOR NOSSO PRODUTO.

**WHATSAPP: (51) 3213-1342
 E-MAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR**



PUBLICIDADE LEGAL

Transportadora Sulbrasileira de Gás S/A
 CGCMF nº 03.146.349/0001-24
CONVOCAÇÃO
 Convocamos os Senhores Acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e em Assembleia Geral Extraordinária, que serão realizadas no dia 30 de abril de 2025, às 10 horas, na Rua Furriel Luiz Antônio Vargas, 250 – Conjunto 1304, Porto Alegre, RS, para deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I. Assembleia Geral Ordinária:** (i) Apreciação das Demonstrações Financeiras e Relatórios de Administração da Companhia, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2024; (ii) Deliberação sobre a destinação do resultado do exercício. **II. Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Fixação do montante de recursos destinados à remuneração dos administradores; (ii) Recondução/eleição de membros do CA.
 Porto Alegre, 11 de abril de 2025.
Guido Rogério Macedo Silveira Filho
 Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

ANUNCIE NO JC
 O ALCANCE QUALIFICADO
 QUE A SUA MARCA PRECISA



ENTRE EM
 CONTATO

WHATSAPP: (51) 3213-1342
 EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR



PUBLICIDADE LEGAL

Paludo Participações S.A. CNPJ/MF 93.169.340/0001-21 - NIRE 43 3 0003125 0. **Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação.** Convocamos os acionistas da **Paludo Participações S.A.** para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária (a "AGO"), que se realizará às 14 horas do dia 30 de abril de 2025, sob a forma exclusivamente digital e remota, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei 6.404/1976 e do disposto na Instrução Normativa DREI nº 81/2020, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia, a saber: a) discutir, examinar e votar as contas da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (c) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, fixar o prazo de gestão e a verba anual de remuneração. **Informações Gerais:** 1. **Documentos à disposição dos acionistas.** Os documentos pertinentes à ordem do dia a serem analisados na AGO encontram-se disponíveis aos acionistas (i) na sede social da Companhia, (ii) bem como nas versões digital e impressa do Jornal do Comércio, conforme a edição do dia 31 de março de 2025, nas páginas 11-14 da versão digital e na página 3 da versão impressa. 2. **Participação dos acionistas na AGO.** Os acionistas, por meio de seus representantes legais ou por procurador devidamente constituído, participarão e votarão virtualmente na AGO, com a câmera do seu dispositivo eletrônico ativada e acionada durante todo o curso da AGO. Para participarem virtualmente da AGO por meio da Plataforma Digital, os acionistas deverão enviar solicitação à Companhia neste sentido, para o endereço eletrônico camilla.oliveira@vipal.com.br, até às 14 horas do dia 25 de abril de 2025. A solicitação deverá estar acompanhada da identificação e e-mail para contato do acionista e de seu representante legal ou, se for o caso, de seu procurador constituído que comparecerá à AGO, incluindo os documentos necessários para a sua participação, conforme discriminados no item 3 abaixo. Visando à segurança da AGO, o acesso à Plataforma Digital será restrito aos acionistas da Companhia que se credenciarem no prazo previsto (isto é, até às 14 horas do dia 25 de abril de 2025). Dessa forma, caso os acionistas não enviarem a solicitação de cadastramento no prazo acima referido, não será possível que a Companhia garanta a participação de tais acionistas remotamente na AGO. Após recebida a solicitação e verificados, de forma satisfatória, os documentos apresentados, será enviado para o e-mail informado ou, em sua ausência, para o e-mail solicitante, o link e as instruções de acesso à Plataforma Digital, sendo remetido apenas um convite individual por solicitante. Caso o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação não receba o e-mail com as instruções para acesso e participação na AGO com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da sua realização (ou seja, até às 14 horas do dia 29 de abril de 2025), deverá entrar em contato com a Companhia pelo e-mail camilla.oliveira@vipal.com.br ou telefone (51) 32053555, a fim de que lhe sejam reenviadas as suas respectivas instruções para acesso. 3. **Documentação necessária à participação do acionista.** Solicita-se aos acionistas que seus representantes legais compareçam à AGO munidos da documentação societária comprobatória dos poderes de representação e, para aqueles que desejam ser representados por seus respectivos procuradores que observem o disposto no §1º do art. 126 da Lei 6.404/76. Caso o acionista seja representado por seus representantes legais, apresentar: (i) último estatuto social ou contrato social consolidado e registrado perante a Junta Comercial; (ii) ato que comprove a eleição e os poderes do representante legal; (iii) documento de identidade com foto do representante legal (RG, CPF, Passaporte). Caso o acionista seja representado por procurador, apresentar instrumento de mandato cujo procurador tenha sido constituído há menos de um ano, devendo ser um acionista, administrador da Companhia ou advogado. 4. **Informações adicionais.** A Companhia não se responsabiliza por qualquer erro ou problema operacional ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que não esteja sob o controle da Companhia e que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGO por meio da Plataforma Digital. Recomenda-se que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da Plataforma Digital, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da Plataforma Digital (por vídeo e áudio). Em caso de qualquer dúvida com relação aos procedimentos da AGO, entrar em contato por meio do endereço eletrônico camilla.oliveira@vipal.com.br. Porto Alegre, RS, 15 de abril de 2025. **Arlindo Paludo** - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

CONTEÚDOS ESTRATÉGICOS E
INFORMAÇÕES DE QUALIDADE

**DIRETO NO SEU
WHATSAPP**

Escaneie o
QRCode e
acesse o
canal
do JC



PUBLICIDADE LEGAL

TERMOLAR S/A
 CNPJ/MF 92.780.634/0001-22 - NIRE 43.3.00002942
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Convocação. Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizar em **28 de abril de 2025**, às **14:00** horas, na sede social, à Rua Tamandaré, nº 500, Bairro Camaquã, CEP 91900-790, em Porto Alegre/RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte: **ORDEM DO DIA:** 1 - Leitura, discussão e aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 2 - Destinação do resultado do exercício; 3 - Eleição dos membros da Administração; 4 - Fixação da remuneração dos administradores; 5 - Deliberar sobre a inclusão, no objeto da companhia, a atividade de comércio varejista de eletrodomésticos e comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico; 6 - Alterar o artigo 3º do Estatuto Social da Sociedade, se for o caso; 7 - Assuntos gerais.
 Porto Alegre/RS, 15 de abril de 2025
 Natálie Ardrizzo - Diretora

Jornal do Comércio

**O CONTEÚDO QUE
 FAZ A DIFERENÇA
 NO SEU DIA A DIA**



Escaneie o
QRCode e
 acesse o
 canal
 do JC



PUBLICIDADE FISCAL

CRÉDITO REAL IMÓVEIS E CONDOMÍNIOS S.A. CNPJ/MF 92.691.336/0001-66 - NIRE 43 3 0001535 1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Aos Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração do Crédito Real Imóveis e Condomínios S.A. apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras. O planejamento do ano de 2024 estabeleceu a busca da eficiência operacional e o desenvolvimento dos mercados que estamos presentes. A execução do plano foi severamente impactada pelo estado de calamidade que atingiu o estado do Rio Grande do Sul, forçando a empresa a tomar uma série de medidas mitigatórias e de recuperação da operação. Duas agências próprias foram atingidas pelas águas, sendo que a Agência Centro ficou submersa por quase 60 dias. No auge da enchente, contabilizamos 5.800 imóveis em zona de alagamento e 380 condomínios administrados. Este cenário resultou em uma redução na receita projetada e uma perda de aproximadamente 1.500 imóveis locados, além de uma redução nos valores obtidos de VGV e VGL, que duraram de maio a outubro de 2024. **Acompanhamento de gestão:** Diante do cenário, a gestão da empresa tomou uma série de atitudes para a proteção do caixa, com o cancelamento temporário das locações garantidas, negociação com principais fornecedores, ajustes do capital de giro e redução do quadro.

Além disso, esforços de produtividade foram direcionados para os mercados de SC e SP para amenizar o impacto na receita. O produto Aluga Fácil, com adesão e resposta muito positiva do mercado, já representa 75% das novas locações residenciais, bem como, o produto Entrega Fácil já tem adesão de aproximadamente 35% das desocupações residenciais. O projeto de franquias Crédito Real finalizou o ano com 214 franquias em operação, sendo iniciado plano de oxigenação da rede para alcançar maior produtividade. Os serviços de condomínios foram os menos impactados durante o exercício, restando observação sobre o alto nível de competição neste mercado. Uma série de iniciativas de automação e uso de inteligência artificial foram levadas em frente e a empresa se encontra atualizada tecnicamente com as últimas tendências tecnológicas. Visando redução da despesa financeira, foram realizados dois movimentos muito importantes. O primeiro, obtivemos autorização do BNDES, através do Banco BTG, para capital de giro subsidiado, no valor de R\$ 20.000.000, operação realizada no mês de agosto/24, quitando compromissos de custo mais elevado. O segundo, através de aumento de capital de R\$ 20.000.000, para quitação de compromissos de curto prazo e capital de giro. Pelo quinto ano consecutivo a empresa é agraciada com o reconhecimento na gestão de pessoas através da certificação GPWTW ("Great Place to Work") e recebeu o Selo de Excelência em Franchising, concedido pela ABF. **Planejamento estratégico:** Para o ano de 2025, foi estabelecido, em conjunto com o Conselho de Administração, o direcionamento estratégico para eficiência operacional e o desenvolvimento dos mercados que já estamos presentes, objetivando o crescimento sustentável da operação. **Governança:** O modelo de Governança adotado segue estável, realizando acompanhamento constantes dos resultados alcançados em relação às metas traçadas, revisando o planejamento e ajustando o curso sempre que necessário, fortalecendo nossos diferenciais competitivos no processo de gestão da Companhia. A diretoria.

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4.101.601	2.999.455	4.120.448	3.010.278
Contas a receber	27.318.419	31.413.895	27.318.859	31.413.894
Impostos a recuperar	2.508.727	2.888.796	2.508.809	2.889.073
Outras contas a receber	4.040.521	2.712.081	4.036.003	2.718.286
Total do Ativo Circulante	37.969.268	40.014.227	37.984.119	40.031.531
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo	27.859.618	24.736.612	27.859.618	24.736.612
Depósitos judiciais	1.171.544	932.748	1.171.544	932.748
Títulos de capitalização	1.554.039	1.350.760	1.554.039	1.350.760
Tributos diferidos	25.637.458	22.453.104	25.637.458	22.453.104
Outros investimentos	60.003	60.003	60.003	60.003
Investimentos em controladas	118.800	118.800	-	-
Imobilizado	4.069.069	4.830.706	4.069.069	4.830.706
Intangível	101.818.354	103.377.755	101.818.354	103.377.755
Total do Ativo Não Circulante	134.429.267	133.123.876	134.310.467	133.005.076
TOTAL DO ATIVO	172.398.535	173.138.103	172.294.586	173.036.607

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita Bruta dos Serviços	102.944.408	91.867.545	103.075.569	93.480.540
Deduções da Receita Bruta	(14.487.743)	(13.127.569)	(14.496.465)	(13.234.844)
Receita Líquida dos Serviços	88.456.665	78.739.976	88.579.104	80.245.696
Custo dos serviços prestados	(67.664.728)	(57.706.203)	(67.664.728)	(58.364.360)
Lucro Bruto	20.791.937	21.033.773	20.914.376	21.881.336
Despesas Operacionais	(24.510.587)	(30.048.199)	(24.617.356)	(29.746.625)
Gerais e administrativas	(28.873.844)	(33.427.142)	(28.887.784)	(33.604.934)
Comerciais	(1.249.080)	(2.998.301)	(1.249.080)	(3.006.241)
Depreciações e Amortizações	(1.983.458)	(1.673.982)	(1.983.458)	(1.677.893)
Outras receitas (despesas) operacionais	7.595.795	8.051.226	7.502.966	8.542.443
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	(3.718.650)	(9.014.426)	(3.702.981)	(7.865.289)
Resultado Financeiro	(7.649.133)	(6.648.612)	(7.650.166)	(6.636.415)
Receitas financeiras	5.691.004	4.443.289	5.691.004	4.456.534
Despesas financeiras	(13.340.137)	(11.091.901)	(13.340.137)	(11.092.958)
Participação nos Lucros das Empresas Investidas por Equivalência Patrimonial	4.518	988.480	-	-
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(11.363.266)	(14.674.558)	(11.353.147)	(14.501.704)
IR e Contribuição Social	3.184.354	12.856.724	3.174.281	12.693.857
Do exercício	-	-	(10.073)	(162.868)
Diferidos	3.184.354	12.856.724	3.184.354	12.856.725
Prejuízo do Exercício	(8.178.912)	(1.817.834)	(8.178.867)	(1.807.847)
Resultado Atribuído aos: Sócios controladores	-	-	(8.178.912)	(1.817.834)
Sócios não controladores	-	-	46	9.285
Lucro Líquido do Exercício	-	-	(8.178.867)	(1.807.849)
Ações em circulação no final do exercício	7.412	4.734	-	-
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social	(1.103,47)	(384,00)	-	-

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
CIRCULANTE				
Fornecedores	3.904.255	11.695.346	3.906.880	11.577.933
Obrigações com condomínios e locatários	72.510.223	66.251.229	72.510.223	66.251.229
Obrigações tributárias	1.866.158	2.104.095	1.868.354	2.108.827
Obrigações sociais e trabalhistas	5.868.410	5.512.890	5.868.410	5.512.890
Obrigações Estatutárias	-	-	9.985	9.985
Financiamentos	40.106.488	49.035.311	40.106.488	49.035.311
Outras Obrigações	659.018	1.483.914	659.018	1.483.914
Total do Passivo Circulante	124.914.552	136.082.785	124.929.358	135.980.089
NÃO CIRCULANTE				
Provisão para contingências	191.353	1.703.776	191.353	1.703.776
Mútuos Partes Relacionadas	120.000	-	-	-
Total do Passivo Não Circulante	311.353	1.703.776	191.353	1.703.776
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	55.000.000	35.000.000	55.000.000	35.000.000
Reserva de capital	6.882	6.882	6.882	6.882
Reserva de lucros	-	344.660	-	344.660
Prejuízos acumulados	(7.834.252)	-	(7.834.207)	-
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	47.172.630	35.351.542	47.172.675	35.351.542
Particip. de não controladores	-	-	1.200	1.200
Total do Patrimônio Líquido	47.172.630	35.351.542	47.173.875	35.352.742
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	172.398.535	173.138.103	172.294.586	173.036.607

Descrição	Capital Social		Reserva de Capital		Reserva de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Participação de Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
	Subscrito	A Integralizar	Correção Monetária	Reserva Subvenções	Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldo em 31.12.2022	35.000.000	-	236	6.646	141.803	134.713	1.885.978	988.681	38.158.057
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(1.817.834)	(1.817.834)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	673.564	(673.564)
Participações Pagas	-	-	-	-	-	-	-	315.118	(315.118)
Reserva Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.817.834)
Saldo em 31.12.2023	35.000.000	-	236	6.646	141.803	134.713	68.144	9.985	35.351.542
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	(8.178.912)	(8.178.912)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	30.000.000	-	-	-	-	-	-	-	30.000.000
Capital a Integralizar	(10.000.000)	-	-	-	-	-	-	-	(10.000.000)
Reserva Legal	-	-	-	-	(141.803)	-	-	-	141.803
Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	(134.713)	-	-	134.713
Reserva Especial	-	-	-	-	-	-	(68.144)	-	68.144
Saldo em 31.12.2024	65.000.000	(10.000.000)	236	6.646	141.803	134.713	68.144	46	47.172.676

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis referente aos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (Valores expressos em reais)

1. Contexto Operacional: A Crédito Real Imóveis e Condomínios S.A. é uma Companhia anônima de capital fechado, com sede no Rio Grande do Sul, Capital. A companhia tem por finalidade principal a administração por conta de terceiros mediante comissão, com ou sem "del credere" de propriedades urbanas, suburbanas e rurais e a administração de condomínios horizontais e verticais de imóveis residenciais e não residenciais; comprar, vender, construir e incorporar imóveis; praticar a corretagem de imóveis e seguros e de outros bens; comerciar com materiais de construção e com o que mais convier concernente ao ramo. **2. Apresentação das Demonstrações:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, que dispõe sobre as Companhias por ações, Lei 11.638 de 28/12/2007 e alterações posteriores e os princípios fundamentais da contabilidade. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contábeis na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, de acordo com as normas do CPC e requer que a Administração da companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. A demonstração consolidada inclui a controlada Crédito Real Corretora de Seguros Ltda a qual iniciou suas atividades em 02 de março de 2016, tendo por finalidade a corretagem de seguros de todos os ramos. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração, cuja conclusão foi autorizada pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2025. **3. Sumário das Principais Práticas Contábeis:**

a) Demonstrações Financeiras Consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da companhia e das companhias controladas indicadas na Nota Explicativa nº 8, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG nº 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos: i. A Companhia e sua Companhia controlada adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais; e ii. Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores. As participações de acionistas não controladores estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. **b) Instrumentos Financeiros:** A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos. A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Compõe este grupo o saldo de caixa, bancos, contas corrente e aplicações financeiras, registradas pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e são de liquidez imediata. **d) Crédito com clientes:** Os créditos a receber de clientes correspondem a encargos pagos antecipadamente para posterior recebimento e são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação. É constituída uma provisão para perdas estimadas quando existe uma evidência objetiva de que a companhia poderá vir a não receber todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. **e) Investimentos:** Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para estimativas de perdas, quando aplicável. **f) Imobilizado:** Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis, providen-

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado Líquido do Exercício	(8.178.912)	(1.817.834)	(8.174.349)	(1.807.849)
Depreciações e amortizações	3.127.096	2.115.208	3.127.096	2.120.150
Provisão para contingências líquida	(1.446.546)	(174.770)	(1.446.546)	(174.770)
Provisão Perdas Estimadas com Clientes	3.188.564	117.462	3.188.564	123.545
Juros sobre Empréstimos	-	4.097.489	-	4.097.489
Tributos diferidos	(3.184.354)	(12.856.725)	(3.184.354)	(12.856.725)
Perdas com recebíveis	(143.740)	(1.367.112)	(143.740)	(1.367.112)
Baixa de Investimentos	(10.000)	13.141	(10.000)	513.141
(=) Lucro Líquido Ajustado	(6.647.892)	(9.873.141)	(6.643.329)	(9.352.131)
Aumento/Redução nas Contas:				
Ativos				
Aumento (Red.) de Contas a receber	1.271.259	(16.296.947)	1.270.820	(16.296.947)
Aumento (Red.) de Impostos a recuperar	380.070	596.035	380.264	607.718
Aumento (Red.) de outras contas a receber	(1.604.927)	14.410	(1.586.443)	15.366
Aumento (Red.) de Depósitos Judiciais	(238.796)	(191.631)	(238.796)	(191.631)
Aumento (Red.) de Títulos de Capital. a LP	(203.279)	(242.914)	(203.279)	(242.914)
Passivos				
Aumento (Red.) de Fornecedores	(7.791.092)	8.672.250	(7.803.332)	8.721.465
Aum. (Red.) de Obrig. com cond. e locatários	6.258.994	11.305.424	6.258.994	11.305.424
Aumento (Red.) de Obrig. tributárias CP e LP	(237.937)	1.087.358	(240.474)	964.253
Aum. (Red.) de Obrig. trabalhistas e sociais	355.520	758.908	355.520	640.166
Aumento (Red.) de Outras Obrigações	(824.895)	378.926	(824.895)	540.215
Total	(9.282.975)	(3.791.322)	(9.274.950)	(3.289.016)

	2024	2023
Aumento (redução) outros Investimentos	-	988.480
Aumento Imobilizado	(358.848)	(1.601.144)
Aumento Intangível	(447.209)	(42.021.062)
Caixa Líq. Gerado - Ativ. de Investimentos	(806.057)	(42.633.726)

	2024	2023
Com terceiros:		
Empréstimos e Financiamentos	(8.808.822)	27.562.974
Com Sócios:		
Aumento de Capital	20.000.000	-
Caixa Líq. Consumido - Atividades Financ.	11.191.178	27.562.974
Aum./Red. Caixa e Equivalentes de Caixa	1.102.145	(18.862.074)
Saldo de Caixa Início do Período	2.999.546	21.859.529
Saldo de Caixa Final do Período	4.101.601	2.99

PUBLICIDADE LEGAL

RGE
Uma empresa CPFL Energia

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 02.016.440/0001-62 - NIRE 43.300.036.146

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 28 de Março de 2025

I. Data, Hora e Local: Aos 28 dias do mês de março de 2025, às 10h35, na sede social da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE" ou "Companhia"), localizada na Avenida São Borja, nº 2.801, Bairro Fazenda São Borja, na cidade de São Leopoldo, no Estado de Rio Grande do Sul, CEP 93032-525.

II. Presença: Reuniram-se os acionistas CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") e CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil"), em conjunto "Acionistas", representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica no "Livro de Presença de Acionistas".

III. Composição da Mesa: Presidente da Mesa: Sr. Luis Henrique Ferreira Pinto; Secretária: Sra. Tarlane Costa Brito.

IV. Convocação: Dispensada a convocação em virtude do comparecimento de todas as Acionistas.

V. Ordem do Dia:

(I) Deliberar a favor da prorrogação antecipada do contrato de concessão.

VI. Leitura de Documentos, Recebimento de Votos e Lavratura da Ata: (1) dispensada a leitura dos documentos relacionados à matéria a ser deliberada nesta Assembleia Geral, uma vez que são do inteiro conhecimento das acionistas; e (2) autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão da assinatura das acionistas, nos termos do art. 130, §§ 1º e 2º, da Lei nº 6.404/76.

VII. Deliberação: Após a análise e discussão da matéria constante da Ordem do Dia, as Acionistas deliberaram, por unanimidade:

(I) Deliberar a favor da celebração de aditivo para renovação antecipada do prazo de concessão do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica ("Aditivo") pela Companhia, nas seguintes condições: (1) a submissão da solicitação da prorrogação antecipada à ANEEL, dos Contratos de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica pelo prazo adicional de 30 anos nos termos do Decreto nº 12.068/2024 e do Despacho da ANEEL nº 517/2025, com efeitos imediatos a partir da assinatura do(s) Aditivo(s). (2) a participação da CPFL Energia no Aditivo, como interveniente, bem como a outorga, pela CPFL Energia, de garantia corporativa, para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia. (3) a consequente alteração do Estatuto Social da Companhia para adequação ao Aditivo, incluindo, mas não se limitando, à inclusão da limitação de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio que trata a cláusula 7ª, subcláusula primeira, no prazo de até 180 dias da data de assinatura do(s) Aditivo(s). (4) os representantes da CPFL Energia e da Companhia ficam autorizados a tomar todas as providências e medidas necessárias para efetivação do(s) Aditivo(s). Esta deliberação está sujeita à prévia anuência da ANEEL e do Ministério de Minas e Energia - MME.

VIII. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida, aprovada e assinada por todos os presentes. A presente Ata é cópia da Ata lavrada em livro próprio de atas de Assembleia Geral, sendo autorizada a publicação e o registro desta ata na forma de extrato, com omissão de assinaturas dos Acionistas e supressão de informações estratégicas e/ou confidenciais. São Leopoldo, 28 de março de 2025. Mesa: Luis Henrique Ferreira Pinto - Presidente da Mesa, Tarlane Costa Brito - Secretária. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul - Certifico registro sob o nº 10999239 em 08/04/2025 da empresa RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. CNPJ nº 02016440000162 e Protocolo 251219330 - 02/04/2025. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

Jornal do Comércio 91 ANOS

O jornal de economia e negócios do RS

MANTENHA O FOCO NA INFORMAÇÃO E DECIDA COM CONFIANÇA.



Telefone: (51) 3213.1300
WhatsApp: (51) 3213.1397
E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br



ECORE BRASIL S.A.

CNPJ 43.421.955/0001-25 - NIRE 43300067289

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas, as Demonstrações Financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2024, ficando desde já a disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. O relatório, juntamente com parecer do auditor independente encontra-se a disposição dos acionistas na sede da empresa.

Relatório da Administração

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	268	199	22.436	8.340
Aplicações financeiras	4	-	-	-	9.043
Instrumentos financeiros derivativos	6	-	195	86	-
Contas a receber	7	-	-	73.113	68.240
Estoques	8	-	-	403	219
Tributos a recuperar	9	158	110	2.166	1.913
Outros ativos	11	-	4.998	7.499	9.467
(=) Total do ativo circulante		426	5.307	105.812	97.308
Depósitos judiciais	10	-	-	5.586	4.805
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	-	-	14.550	8.793
Outros ativos	11	-	-	398	3.487
(=) Total do ativo não circulante		-	-	20.534	17.085
Investimentos	12	20.333	22.865	-	-
Imobilizado	13	-	-	7.600	10.850
Intangível	13	-	-	12.560	9.521
(=) Total do ativo permanente		20.333	22.865	20.160	20.371
Total do Ativo		20.759	28.172	146.506	134.764

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	14	-	-	20.429	12.753
Instrumentos financeiros derivativos	6	-	-	2.915	10
Obrigações sociais e trabalhistas	16	-	-	36.853	33.706
Impostos a recolher	15	87	86	12.431	8.245
Provisões	17	14	-	34.697	14.450
Adiantamento de clientes	19	-	-	9.903	18.113
Receita diferida	20	-	-	1.123	1.626
Passivo Contingente de Negócios	12	-	-	-	1.745
Outros passivos	18	-	9.835	229	10.038
(=) Total do passivo circulante		101	9.921	118.580	100.686
Adiantamento de clientes	19	-	-	-	9.871
Passivo Contingente de Negócios	12	-	-	-	1.149
Outros passivos	18	8.630	6.514	15.898	11.321
(=) Total do passivo não circulante		8.630	6.514	15.898	22.341
Capital Social	22	3.500	3.500	3.500	3.500
Reservas de Lucro	22	757	3.904	757	3.904
Reserva de Capital	22	3.063	1.551	3.063	1.551
Ajuste de avaliação patrimonial	22	4.725	2.800	4.725	2.800
(-) Ações em Tesouraria		(17)	(18)	(17)	(18)
(=) Total Patrimônio Líquido		12.028	11.737	12.028	11.737
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		20.759	28.172	146.506	134.764

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Reserva de capital			Reserva de lucros			Patrimônio Líquido
	Capital Social	Ágio na venda de ações próprias	Plano de Opções	Ajuste de Avaliação patrimonial	Ações em Tesouraria	Reserva Legal	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.500	-	-	4.439	(21)	700	12.104
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	38.375
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(284)
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	-	(282)	(38.091)
Reservas de Lucros	-	1.551	-	-	-	-	1.551
Venda de ações em Tesouraria	-	-	-	3	-	-	3
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Hedge	-	-	-	(870)	-	-	(870)
Ajuste Conversão Controlada no Exterior	-	-	-	(769)	-	-	(769)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.500	1.551	-	2.800	(18)	700	11.737
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	55.848
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(349)
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	-	(3.147)	(55.499)
Reserva de lucros	-	594	-	-	-	-	594
Plano de Opções	-	-	918	-	-	-	918
Venda de ações em Tesouraria	-	-	-	1	-	-	1
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Hedge	-	-	-	3.544	-	-	3.544
Ajuste Conversão Controlada no Exterior	-	-	-	(1.619)	-	-	(1.619)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.500	2.145	918	4.725	(17)	700	57

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações Gerais: A Ecore Brasil S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, com Estatuto e assembleia de constituição datados de 12 de agosto de 2021 e efetivo registro e constituição em 6 de setembro de 2021. A Companhia tem por objeto social a participação como sócia, acionista ou quotista em outras sociedades (holding não financeira). A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 10 de abril de 2025. 1.1. Continuidade Operacional: Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa apresentou um Capital Circulante Líquido negativo no montante de R\$ 12.768 (R\$ 3.378 em 31 de dezembro de 2023), o que, em termos isolados, poderia indicar uma incerteza significativa quanto à capacidade da Empresa em honrar seus compromissos de curto prazo. No entanto, decorre de provisões descritas na Nota 17 (equivalente a 29% do passivo circulante) as quais a contrapartida é um crédito com determinado cliente para descontar na próxima renovação de contrato. Complementarmente, a administração avaliou a continuidade operacional da Empresa e concluiu que não há dúvidas relevantes quanto à sua capacidade de continuidade para os próximos 12 meses. Essa conclusão está baseada nas seguintes fatores: - Disponibilidade de linhas de crédito rotativo e relacionamento sólido com instituições financeiras; - Fluxo de caixa projetado positivo para os próximos períodos; - Apoio dos acionistas/controladores, quando necessário. Dessa forma, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. 2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos). Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. (a) **Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. (b) **Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 2.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: As seguintes alterações de normas foram emitidas pela IASB e estão em vigor em 1º de janeiro de 2024. **Alteração ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo dez meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classificação de liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos dez meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até dez meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até dez meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. Essa alteração não teve impacto material para o Grupo. **Alteração ao CPC 06(R2) - Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e locação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e locação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revisados" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantidade do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e locação e que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Essa alteração não teve impacto material para o Grupo. **Alterações ao CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros:** Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da futura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em (b). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. 2.3. Consolidação: (a) **Controladas:** Controladas são todas as entidades (inclusive entidades de propósito específico) cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia para se beneficiar de suas atividades, geralmente com uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. As operações, bem como os saldos e os ganhos não realizados nas operações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados. As perdas também são eliminadas, exceto no caso de perda do valor recuperável, quando então, devem ser reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas. As políticas contábeis controladas foram ajustadas, quando necessário, para assegurar uniformidade com as políticas contábeis adotadas pela Companhia. 2.4. Conversão de moeda estrangeira: (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. (b) **Operações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, pelas taxas de câmbio do final do exercício e são reconhecidos na demonstração do resultado, na rubrica de receitas e despesas financeiras. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com emprésti-

mos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita e despesa financeira. 2.5. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até doze meses (com risco insignificante de mudança de valor). 2.6. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos ("derivativos") são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são mensurados ao seu valor justo a cada data de balanço. O método para reconhecer o ganho ou a perda na demonstração financeira depende do fato de o derivativo ser ou não designado como um instrumento de hedge. Nesse caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido. A Empresa utiliza contratos de venda e compra a termo de moedas - NDF (Non Deliverable Forward) e contratos de opções para limitar sua exposição ao risco cambial nas operações de venda e compra em moeda estrangeira. Esses derivativos são designados como hedge - ou seja, protegem contra o risco cambial associado a operações de venda, bem como de compras realizadas e previstas como altamente prováveis. No início da operação, a Empresa designa e documenta as relações de hedge, de forma que os objetivos da gestão de riscos, os itens protegidos por hedge e os instrumentos de hedge sejam claramente identificáveis e que o risco inerente ao item em questão seja, de fato, o risco protegido pelo instrumento de hedge. A contabilidade do hedge aplica-se apenas quando a Empresa espera que o instrumento financeiro derivativo seja altamente eficaz na compensação do risco cambial associado ao item protegido. O valor justo de um derivativo de hedge é classificado, na data do balanço, como ativo ou passivo não circulante quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge é superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge é de 12 meses ou menos. As transações de hedge de transações previstas (hedge forecast) em moeda estrangeira ocorrerão em diversas datas durante os próximos 12 meses. Ganhos e perdas desta categoria de hedge contratada até 31 de dezembro de 2024 são reconhecidos como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas são transferidos para a demonstração do resultado no período em que a transação prevista protegida por hedge se realizar. Os valores registrados no patrimônio líquido como "Ajuste de avaliação patrimonial" são reclassificados para a demonstração do resultado do exercício no período em que ocorre a transação de venda ou compra, e são registrados na conta "Operações de Derivativos" ativa ou passiva, na rubrica de receitas e despesas financeiras. 2.7. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor da transação e menos a provisão para créditos de realização duvidosa. A provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. 2.8. Imobilizado: Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer provisão para perda por valor não recuperável de ativo. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. As estimativas de vida útil estão demonstradas conforme segue: • Móveis e utensílios - 10 anos. • Máquinas e equipamentos - 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados quando existe uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas, líquidos" na demonstração do resultado. 2.9. Ativos intangíveis: (a) **Software:** Licenças de software são demonstradas pelo custo histórico incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização, menos amortização. Todos os ativos intangíveis são considerados como tendo uma vida útil definida. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças como segue: • Softwares - 5 anos. (b) **Ágio:** O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação seja transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável ("impairment"). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. 2.10. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável ("impairment"). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins deste teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. 2.11. Empréstimos: Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são registrados em despesas financeiras. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. 2.12. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo. 2.13. Provisões: As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. 2.14. Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. (iii) provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrito a seguir: (a) **Tipo de receita 1 - Prestação de serviços mercados interno e externo:** O Grupo presta serviços de análise e desenvolvimento de sistemas, assessoria, consultoria e treinamento em informática, suporte técnico em informática, inclusive, instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados, planejamento e manutenção, reconhecidas a partir da prestação dos serviços aos clientes. (b) **Tipo de receita 2 - Venda de licenças mercado interno:** Refere-se a revenda de licenças de software (licenciamento) e distribuição de programas de computador com comercialização em massa, reconhecidas na entrega das licenças ao cliente, o qual fará uso delas. (c) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. 2.15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita de vendas de licenças e serviços	23	-	-	555.170	426.426
Custo das vendas de licenças e serviços	24	-	-	(372.301)	(278.442)
(=) Lucro Bruto		-	-	182.869	147.984
Despesas gerais e administrativas	24	(2.556)	(3.427)	(82.188)	(77.760)
Equivalência patrimonial	12	58.457	41.812	-	-
Outras receitas e despesas, líquidos	25	(67)	(44)	(10.627)	(12.854)
(=) Lucro Operacional		55.834	38.341	90.054	57.370
Despesas financeiras	26	15	36	14.518	10.070
(=) Lucro antes do IR e da contribuição social		55.848	38.375	87.245	60.512
IRPJ/CSLL Correntes	27	-	-	(36.320)	(24.239)
IRPJ/CSLL Diferidos	27	-	-	4.923	2.102
(=) Lucro líquido do exercício		55.848	38.375	55.848	38.375
Quantidade de ações		4.200	4.200	4.200	4.200

Lucro por ação das operações atribuíveis aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro básico por ação (R\$)	13,90	9,52	13,90	9,52
Lucro diluído por ação (R\$)	13,81	9,47	13,81	9,47

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido do Exercício	55.848	38.375	55.848	38.375
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquido	4.725	2.800	4.725	2.800
Varição cambial de investida no exterior	6.344	3.670	6.344	3.670
Hedge de fluxo de caixa em contr. liq. de imposto	(2.453)	(1.318)	(2.453)	(1.318)
Imp. relac. c/result. do hedge de fluxo de caixa	834	448	834	448
Total do Resultado Abrangente do Exercício	65.298	43.975	65.298	43.975

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
(=) Lucro líquido do exercício	55.848	38.375	55.848	38.375
Ajustes por:	(58.457)	(41.812)	4.335	1.354

»»» Continuação **ECORE BRASIL S.A.** **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

6. Instrumentos financeiros derivativos:

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Instrum. Financ. Derivativos (Ativo)	6	-	195	86
Instrum. Financ. Derivativos (Passivo) ...	-	-	(2.915)	(10)
Total	-	-	(2.720)	76
Instrum. Financ. Derivativos (Ativo)	-	-	195	86
Instrum. Financ. Derivativos (Passivo)	-	-	(2.915)	(10)

Contrato de Hedge: Parte da receita de vendas correspondente a exportação de serviços, havendo desta forma, uma exposição ativa à variação da taxa de câmbio. Pertinente a revenda de licenças, que são importadas, a Companhia possui parte de seus custos atrelados à taxa de câmbio, gerando assim uma exposição passiva à variação da taxa de câmbio. Com o objetivo de proteção contra a variação da taxa de câmbio, no âmbito de garantir as margens de negócio da Companhia, são utilizados instrumentos financeiros derivativos, que consistem, basicamente, em contratos de venda e compra a termo de moedas – NDF (Non Deliverable Forward) e contratos de opções, negociados com instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, os valores de referência dos contratos a termo de moedas – NDF (Non Deliverable Forward) relativos a contratos de compra nas empresas controladas, totalizavam R\$ 15.698 e os valores relativos a contratos de vendas que totalizam R\$ 33.438. Os instrumentos financeiros de hedge designados a um ativo ou passivo efetivamente realizados, são reconhecidos pelo seu valor justo, na demonstração de resultado como incorridos, assim como os custos de transação atribuíveis. As transações de hedge de transações previstas (hedge forecast) em moeda estrangeira ocorrerão em diversas datas durante os próximos 12 meses. Ganhos e perdas desta categoria de hedge contratada até 31 de dezembro de 2024 são reconhecidos como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas são transferidos para a demonstração do resultado no período em que a transação prevista protegida por hedge se realizar. Os instrumentos financeiros de hedge estabelecidos pela Companhia estão atrelados a mercados ativos, e assim os ganhos e perdas são reconhecidos pelo seu valor justo.

7. Contas a Receber:

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a Receber	7	-	-	-
Contas a receber - Mercado Interno	-	-	32.241	39.368
Contas a receber - Mercado Externo	-	-	42.722	29.222
Provisão p/crédito de liq. duvidosa	-	-	(1.830)	(350)
Total	-	-	73.113	68.240

7.1. Classificação por prazo de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	-	-	42.456	49.528
Vencidos	-	-	-	-
Entre 1 e 30 dias	-	-	28.091	17.367
Entre 31 e 60 dias	-	-	547	797
Entre 61 e 90 dias	-	-	-	339
Entre 91 e 180 dias	-	-	2.019	210
Entre 181 e 365 dias	-	-	1.830	350
(-) Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(1.830)	(350)
Total	-	-	73.113	68.241

7.2. Movimentação da Provisão para Perdas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	-	-	350	4
Adições	-	-	1.520	369
Reversões	-	-	(40)	(23)
Saldo final	-	-	1.830	350

8. Estoques:

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Estoques	8	-	403	219
Estoque	-	-	403	219
O custo do estoque é referente a compra de licença para revenda realizada em dezembro e que foi faturada em janeiro do ano seguinte.	-	-	-	-

9. Tributos a Recuperar:

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributos a recuperar	9	-	101	267
CSLL a recuperar	-	-	128	118
COFINS a recuperar	-	-	2	2
ISSQN a recuperar	-	-	5	112
INSS a recuperar	-	-	467	611
IRPJ a recuperar	158	110	422	229
IRRF a recuperar	-	-	28	26
CIDE a recuperar	-	-	187	3
Créditos tribut. de contról. no exterior	-	-	826	548
Total	158	110	2.166	1.913

Valores de créditos tributários nas empresas controladas no exterior, no México refere-se ao IVA e nos Estados Unidos são impostos federais e estaduais.

10. Depósitos Judiciais:

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos judiciais - LP	10	-	5.586	4.805
Total	-	-	5.586	4.805

11. Outros Ativos:

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outros ativos	11	-	107	57
Adiantamento a fornecedores	-	-	1.937	2.673
Adiantamento relacionado a FOPAG	-	-	5.455	6.737
Despesas antecipadas (i)	-	-	-	-
Cessão de direito de crédito (ii)	-	-	4.998	-
Total curto prazo	-	-	4.998	7.499
Outros ativos - LP	11	-	-	-
Despesas antecipadas (i)	-	-	3.103	-
Caução	-	-	398	384
Total longo prazo	-	-	398	3.487

(i) Decorrente de negociação de contrato de vendas de serviço - mercado externo, foram contratadas opções no mercado financeiro, com o objetivo de travar uma taxa de câmbio mínima. Referido contrato tem validade de 4 anos (julho/2021 a junho/2025). As despesas antecipadas decorrentes deste contrato são amortizadas proporcionalmente ao período de execução do contrato. (ii) Instrumento particular de cessão onerosa de direitos de crédito em que a MLV Produtos e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda. cedeu o direito de crédito sobre determinados recebíveis para pagar dividendos a Companhia. Conforme estabelecido em contrato, a MLV assumiu a responsabilidade pela solvência dos devedores originadores dos créditos. Desta forma, constituiu-se uma obrigação em 2022 até o pagamento do valor integral, que ocorreu em fevereiro de 2023. No final do ano de 2023 constituiu-se uma nova obrigação, essa com data de vencimento de maio de 2024, conforme movimentação:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	4.998	4.333
Constituição	-	4.998
Pagamento	(4.998)	(4.333)
Saldo final	-	4.998

Desta forma, constituiu-se uma obrigação em 2023 até o pagamento do valor integral, que ocorreu em maio de 2024. (iii) Contingência para recompra refere-se a obrigações da Companhia relativas ao contrato de outorga do plano de compra de opções de ações, perante os funcionários beneficiários, que exerceram seu direito de compra. Este plano consiste no direito de compra de certa quantidade de ações da Companhia, cedido ao funcionário beneficiário do programa, a um determinado preço de exercício por ação - ou preço de compra da ação - que deve ser exercido em um determinado período, ou prazo de exercício. (iv) O valor foi retido nos pagamentos referentes a compra da Solvimm, o montante tem sido atualizado mensalmente pela SELUC e será pago aos vendedores após 72 meses.

19. Adiantamento de Clientes:

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento de clientes	19	-	9.903	18.113
Total curto prazo	-	-	9.903	18.113
Adiantamento de clientes - LP	-	-	-	9.871
Total longo prazo	-	-	-	9.871
Adiantamento de clientes	-	-	9.903	27.984

Adiantamento de cliente, recebido mediante negociação de condições de preços e ressarcimento para operação de proteção da variação cambial para renovação de contrato para prestação de serviços para o período de 4 anos - julho/2021 a junho/2025.

20. Receita Diferida:

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas diferidas	20	-	-	-
Receita diferida	-	-	1.123	1.626
Total	-	-	1.123	1.626

21. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio: Os acionistas têm direito de receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido ajustado, conforme definido em estatuto. A Companhia efetuou no exercício, o cálculo de juros sobre o capital próprio dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 9.249/95. O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. Para efeito de apresentação este valor foi excluído do resultado do exercício da Companhia.

Lucro líquido do exercício

Constituição reserva legal	55.848	38.375
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	3.204	3.486
Dividendos exercícios anteriores	5.585	3.838
Dividendo mínimo obrigatório	49.857	31.049
Dividendo proposto adicional ao mínimo obrigatório	58.646	38.373
Total de dividendos do exercício	99%	91%

O montante de dividendos e juros sobre capital próprio dos exercícios de 2023 e 2024 está demonstrado a seguir:

Dividendos

	31/12/2024	31/12/2023
Dividendo final sobre resultados de 2022 pago em 2023	-	4.386
Dividendo intermediário sobre resultados de 2023 pago em 2023	-	30.066
Juros sobre capital próprio 2023 pago em 2023	-	284
Dividendo final sobre resultados de 2023 pago em 2024	8.025	-
Dividendo intermediário sobre resultados de 2024 pago em 2024	55.442	-
Juros sobre capital próprio 2024 pago em 2024	342	-
Total	63.816	34.736

22. Patrimônio Líquido: 22.1. Capital social e reserva de capital:

Durante o ano de 2024 os três principais acionistas transferiram suas ações ordinárias para as suas respectivas holdings patrimoniais.

Nota	31/12/2024		31/12/2023	
	%	Ações	%	Ações
AC Investments Ltda	22	1.330	31,66%	-
Blue Core Participações Ltda	-	1.330	31,66%	-
Canela Core Investments Ltda	-	1.330	31,66%	-
Leandro Bento Pompermaier	-	918	-	1.330
Marcio Giovanni da Silveira	-	13	0,32%	1.339
Vinicius Leandro Ourique Pinheiro	-	5	0,12%	1.334
Outros Minoritários	-	18	0,44%	14
Total em poder dos acionistas	-	4.026	95,86%	4.017
Ações em tesouraria	-	174	4,14%	183
Total de ações emitidas	-	4.200	100%	4.200

Em 2024, 12.000 (doze mil) ações preferenciais foram transferidas da tesouraria para beneficiários do plano de opção de ações, devido ao exercício da opção de subscrição. Essa transferência resultou no reconhecimento de um ágio de R\$ 769, registrado nas reservas de capital. Adicionalmente, a Companhia recomprou 2.000 (dois mil) ações em 2 de maio de 2024. O impacto financeiro líquido dessa recompra, após dedução de impostos, foi de R\$ 175. Esse valor foi subtraído do patrimônio líquido e alocado na "Reserva de ágio na alienação de ações próprias". As ações recompradas são mantidas como "Ações em tesouraria".

Ágio na alienação de ações em tesouraria

Nota	31/12/2024	31/12/2023
22	1.551	-
Compra de opção de ações pelos participantes do plano	769	1.702
Venda de ações da empresa por participante do plano	(175)	(151)
Em 31 de dezembro	2.145	1.551

22.2. Ações em tesouraria: As ações em tesouraria tem um valor histórico de R\$ 0,10, durante o ano de 2024 foram transferidas 12.000 (doze mil) ações ordinárias para os beneficiários do plano de opção de ações. As ações em tesouraria poderão, no futuro, ser entregues a outros beneficiários do plano de opção de ações e/ou novas edições de planos. 22.3. Reservas de lucros: A reserva de lucros é constituída para a destinação de lucros não absorvidos pela reserva legal. Em 2024 foram destinados para a reserva a quantia de R\$ 57, totalizando o saldo deste valor. 23.4. Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social integralizado, que corresponde ao montante de R\$ 700 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, conforme previsto em estatuto e em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76. No exercício de 2022, a Companhia atingiu o limite máximo de constituição da Reserva Legal. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. 22.5. Ajuste de avaliação patrimonial:

Nota	31/12/2024	31/12/2023
22	2.800	4.439
Em 1º de janeiro	2.800	4.439
Hedge forecast - movimentação	(2.453)	(1.318)
Impostos diferidos - movimentação	(1.619)	488
Movimentação do ano	834	(870)
Ajuste de conversão controlada - US	3.494	(845)
Ajuste de conversão controlada - MX	50	76
Movimentação do ano	3.544	(769)
Em 31 de dezembro	4.725	2.800

22.6. Dividendos e juros sobre capital próprio: Conforme detalhamento na nota 21. 22.7. Opções de compra de ações: O plano de opções consiste no direito de compra de certa quantidade de ações da Companhia, cedido ao beneficiário do programa, a um determinado preço de exercício por ação - ou preço de compra da ação - que deve ser exercido em um determinado período, ou prazo de exercício. As opções são vestidas mensalmente e o beneficiário terá o prazo de até 2 (dois) anos para exercer o direito de compra, em parte ou totalmente, e em no máximo duas vezes a ano-calendário, sempre nos meses de abril e novembro, através de notificação à Companhia. Na data do exercício do direito, as ações alienadas ao beneficiário do plano devem ser objeto de uma nova subscrição ou devem estar em tesouraria. No dia 09 de dezembro de 2022, os membros do Conselho de Administração, deliberaram por aceitar a venda de ações preferenciais nominativas sem valor nominal aos beneficiários que notificaram a intenção de exercício das opções conforme reza o Plano de Opção de Compra de Ações, alienando ações em tesouraria. A despesa de pagamento baseado em ações reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi de R\$ 2.428 (R\$ 3.173 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023). As movimentações decorrentes das operações de compra, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Opções - em milhares	30	64
Canceladas	(2)	(4)
Exercidas	(12)	(30)
Em 31 de dezembro	16	30
Opções vestidas em 2023 e não compradas	7	13
Opções vestidas em 2024 e não compradas	7	8
Opções que serão vestidas em 2025	14	9

12. Investimentos: 12.1. Movimentação de Investimentos

Empresas	2023	Distribuição de lucros	Resultado de equivalência	JSCP	Ajuste de conversão controlada	Reserva de Capital	2024
Ecore Soluções em Tecnologia da Informação Ltda.	20.149	(52.920)	48.296	(536)	1.925	918	17.832
MLV Produtos e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda.	2.716	(10.200)	10.161	(176)	-	-	2.501
Total	22.865	(63.120)	58.457	(712)	1.925	918	20.333

Segue abaixo a participação da Companhia nos resultados das controladas:

2023

Nome	País	Ativo	Passivo	PL	Receita	Lucro	Percentual de participação no capital votante e total
Ecore Soluções em Tecnologia da Informação Ltda	Brasil	107.728	87.579	20.149	247.509	32.700	100%
MLV Produtos e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda	Brasil	20.994	18.278	2.716	106.369	9.112	100%

2024

Nome	País	Ativo	Passivo	PL	Receita	Lucro	Percentual de participação no capital votante e total
Ecore Soluções em Tecnologia da Informação Ltda	Brasil	117.630	99.799	17.831	287.203	48.296	100%
MLV Produtos e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda.	Brasil	19.947	17.746	2.501	157.761	10.161	100%

Segue abaixo a participação da Companhia nos resultados das controladas indiretas, sendo todas elas diretamente controladas pela Ecore Soluções em Tecnologia da Informação Ltda.:

2023

Nome	País	Ativo	Passivo	PL	Receita	Lucro	Percentual de participação no capital votante e total
E-Core IT Solutions, LLC (i)	Estados Unidos	19.567	7.215	12.352	82.726	576	100%
Ecore Soluciones en TI S de R.L. de C.V. (i)	México	4.294	2.090	2.204	19.144	885	100%

2024

Nome	País	Ativo	Passivo	PL	Receita	Lucro	Percentual de participação no capital votante e total
E-Core IT Solutions, LLC (i)	Estados Unidos	24.743	8.277	16.466	115.724	561	100%
Ecore Soluciones en TI S de R.L. de C.V. (i)	México	7.356	3.070	4.286	26.604	4.543	100%

(i) Transações e saldos em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira têm seus ativos e passivos monetários convertidos para a moeda funcional da entidade, utilizando a taxa de câmbio da data de fechamento dos balanços e os resultados convertidos pelas taxas médias mensais dos períodos. Os ativos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para Reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil. As moedas funcionais utilizadas na conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior são: Dólar Americano e Peso Mexicano.

13. Imobilizado e Intangível:

13.1. Imobilizado:

Consolidado	2024			2023		
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Total	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Total
	Nota	Software	Ágio	Software	Ágio	
Custo	13	-	-	-	-	-
Em 1º de janeiro	339	19.638	19.977	368	16.688	17.056
Adições	1	570	571	2	4.113	4.116
Baixas	(2)	(2.231)	(2.233)	(25)	(1.118)	(1.143)
Var. cambial controlada	-	-	-	(6)	(46)	(52)
Em 31 de dezembro	338	17.977	18.315	339	19.638	19.977
Deprec. e Impairment	-	-	-	-	-	-

»»» Continuação				
ECORE BRASIL S.A.		Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024		
25. Outras receitas e despesas, líquidos:				
Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outras receitas e despesas, líquidas.....	25	-	271	492
Lucro (Prej.) na venda de ativo imobilizado	-	-	(204)	(199)
Outras despesas tributárias	(67)	(44)	(13.620)	(12.787)
Outras receitas e despesas (i)	-	-	2.926	(360)
Reembolsos	-	-	(10.627)	(12.854)
Total	(67)	(44)	(10.627)	(12.854)
(i) Determinados contratos de vendas definem que algumas condições de performance e desenvolvimento de equipe precisam ser atingidas. Decorrente destas condições a Empresa, calcula o montante necessário ao cumprimento das mesmas, reconhecendo assim uma despesa no resultado.				
26. Resultado financeiro, líquido:				
Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras.....	26	-	7.935	3.079
Variações cambiais e monetárias ativas.....	7	-	4.313	5.363
Derivativos	-	-	2.200	1.559
Rendimentos de aplicações financeiras.....	8	36	70	69
Outras receitas financeiras	-	-	(9.991)	(5.027)
Despesas financeiras.....	26	-	(6.646)	(1.086)
Variações cambiais e monetárias ativas.....	-	-	(690)	(815)
Derivativos	(1)	(2)	14.518	10.070
Outras receitas financeiras	(1)	(2)	(17.327)	(6.928)
Despesas financeiras	(1)	(2)	(17.327)	(6.928)
Total	(1)	(2)	(17.327)	(6.928)
27. Imposto de renda e contribuição social:				
27.1. Composição do saldo:				
Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo de imposto diferido.....	27	-	14.550	8.793
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses.....	-	-	-	-
Total	27	-	14.550	8.793
27.2. Reconciliação da alíquota de IR e contribuição social				
Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do IR e contribuição social	55.848	38.375	87.245	62.672
Alíquota nominal combinada de IR e contribuição social - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de legislação	(18.988)	(13.047)	(29.663)	(21.309)
Juros sobre capital próprio	119	96	242	157
Reconciliação para alíquota efetiva (Adições) exclusões permanentes	19.875	14.412	895	1.021
(Adições) exclusões temporárias	(1.006)	(1.461)	(816)	(4.291)
Diferenças temporárias	-	-	4.923	2.102
Benefícios fiscais.....	-	-	722	183
Corrente	-	-	(36.320)	(24.239)
Diferido	-	-	4.923	2.102
Despesa de IR e contribuição social	-	-	(31.397)	(22.137)
Alíquota efetiva	-	-	35,99%	35,32%

Bens segurados	País	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Seguro Patrimonial	Brasil	Incêndio, queda de raio, queda de aeronave, explosão ou implosão, danos elétricos, roubo/furto, vendaval etc	R\$ 8.000.000,00
Cyber Security	Brasil	Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética	R\$ 20.000.000,00
D&O - Seguro de Responsabilidade para Administradores	Brasil	abrange cobertura por responsabilidade civil, incluindo custos de defesa, extradição, danos morais, responsabilidade tributária, práticas trabalhistas entre outros	R\$ 15.000.000,00
RC Profissional	Brasil	Responsabilidade civil profissional, resp. solidária, dano moral, propriedade intelectual, resp. s/conteúdo na internet, extravio, roubo ou furto de docs. entre outros	R\$ 15.000.000,00
Tech Cyber & Professional Liability	Estados Unidos	Cyber-Risk and Professional Liability	USD 5.000.000,00
Commercial Crime: Employee Theft of Client Property	Estados Unidos	Technology Errors and Omissions Insurance and Crime/Fidelity Bond, Dishonesty, Robbery, Fraud, Theft, Forgery	USD 1,000,000.00
EPL Insurance	Estados Unidos	cobertura de custos e danos de defesa em ações trabalhistas, assédio moral, sexual, discriminação entre outros	USD 1,000,000.00
Workers Compensation and Employer's Liability	Estados Unidos	seguro para funcionários, compensação salarial por afastamento (lesão corporal por doença ou por acidente)	USD 2,000,000.00
Umbrella Liability	Estados Unidos	proteção extra aos limites do seguro de responsabilidade civil	USD 5.000.000,00

MÁRCIO GIOVANI DA SILVEIRA - Diretor Presidente FERNANDA ESTEVES - Diretora Financeira MÁRCIA RODRIGUES DE OLIVEIRA - Contadora - CRC RS 075501/O-2 - CPF 430.140.460-00

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Ecore Brasil S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ecore Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsa intencional.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base em evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas em evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenhada auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 10 de abril de 2025
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/F-6
Marcelo de Souza Prado Nicolau - Contador CRC 1SP255758/O-9

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

Escaneie o QRCode abaixo e entre em contato:



PUBLICIDADE LEGAL



BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
 CNPJ/MF nº 92.692.979/0001-24
 NIRE 43300013651
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convidamos os Senhores Acionistas da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios a comparecer às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que serão realizadas dia 24 de abril de 2025, às 14 horas, na Rua Caldas Júnior, nº 108 - 4º andar, em Porto Alegre - RS, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

EM REGIME DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; 3. Deliberar sobre a proposta de Orçamento de Capital elaborada para fins do Art.196, da Lei nº 6.404/76; 4. Deliberar sobre o montante da verba destinada à remuneração global dos Administradores, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal; 5. Eleger os membros do Conselho de Administração, e 6. Eleger os membros do Conselho Fiscal efetivos e respectivos suplentes.

EM REGIME DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. Deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social, no seguinte sentido: i) Incluir novo §1º no art. 10, para inserir previsão da participação de representante do Banco no Conselho de Administração, em observância às disposições do art. 107, do Estatuto Social do Banrisul; (ii) Renumerar o §1º para §2º; o §2º para §3º; o §3º para §4º; o §4º para §5º; o §5º para §6º; e o §6º para §7º do art. 10; (iii) Ajuste redacional de acordo com o novo §1º do artigo 18; e (iv) Inserir o novo § 1º, referente à designação das atribuições da Diretoria, em consonância com as disposições do art. 142, II, da Lei 6404/76, e do art. 14, alínea "b", do Estatuto Social. 2. Consolidar o Estatuto Social para refletir as alterações referidas no item "1" acima.

Nos termos do parágrafo primeiro do Art. 126, da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por mandatários. Com o objetivo de organizar os trabalhos das Assembleias, o instrumento de mandato e os demais atos societários que comprovem a regularidade da representação podem, a critério do acionista, ser depositados na sede da Companhia, na Rua Caldas Júnior, nº 108 - 4º andar - Unidade de Governança Corporativa, preferencialmente, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data prevista para a realização das Assembleias Gerais. Os documentos relativos aos itens das Ordens do Dia encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na Sede Social da Banrisul S/A Administradora de Consórcios.

Porto Alegre, 15 de abril de 2025.
Fernando Postal
 Presidente do Conselho de Administração

CONTEÚDO, ANÁLISES E PODCASTS.

**TUDO AO SEU ALCANCE,
NO SEU TEMPO.**

Baixe o App e conecte-se
à informação com apenas um clique!



Jornal do Comércio
O jornal de economia e negócios do RS



Relatório da Administração: Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação e exame de V. Sas, o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhado da Demonstração do Resultado do Exercício e demais demonstrações contábeis. Externamos nossos agradecimentos a todos os funcionários e colaboradores pela dedicação demonstrada no decorrer do exercício findo, e colocamos ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. Marau/RS, 15 de abril de 2025. A DIRETORIA

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.)

Table: I - Balanço Patrimonial - Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em Unidades de Reais). Columns: ATIVO, Nt., 2024, 2023, 2024, 2023, PASSIVO, Nt., 2024, 2023, 2024, 2023.

Table: Demonstração do Resultado Exercício. Columns: Descrição, 2024, 2023, 2024, 2023.

Table: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Columns: Mutações, Capital Social, Reserva Legal, Investimentos em Bens, Reservas de Capital, Reservas de AVALIAÇÃO Patrimonia, Lucros Acumulados, Total.

Table: Demonstração dos Fluxos de Caixa. Columns: Fluxos de Caixa - Método Indireto, 2024, 2023, 2024, 2023.

Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas Encerradas em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

Nota 1 - Contexto Operacional: A sociedade tem sede na Rua José Fuga, 1.155 na cidade de Marau/RS. Tem como objeto social a indústria e preparo de couros, peles e seus derivados, brutos ou preparados, a indústria de calçados em geral em suas diferentes modalidades, a indústria e confecção de vestuário de couro e comercialização e exportação dos produtos de sua indústria. Importação de máquinas e matéria-prima e produtos químicos, todos destinados à preparação e industrialização de couros e necessários a criação e comércio de bovinos e refofamento, exploração comércio de produtos primário da lavoura, pesquisa e desenvolvimento e a indústria e comércio de biodiesel e a produção, fabricação, importação, exportação e venda de alimentos para animais. Suas controladas atuam na fabricação e comercialização de subprodutos de origem animal, extração de sebo e farinha de carnes e seus derivados. Atuam ainda em abate de animais, desossa, indústria, comércio atacadista e varejista, importação e exportação de carnes e seus derivados comestíveis e não comestíveis e transporte de cargas, podendo participar em outras sociedades ou empreendimentos industriais, financeiros e comerciais. Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e conforme os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). A conclusão das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi autorizada pela diretoria em 21 de março de 2025. Trata-se de demonstrações contábeis individuais e consolidadas e encontram-se apresentadas em moeda corrente nacional, denominada de Real, sendo também a moeda funcional. Para fins de apresentação, os centavos de reais foram desprezados. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Table: Empresas. Columns: Empresa, Percentual de participação.

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior, exceto quando especificado diferente. Os saldos entre as empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas, oriundos de transações entre elas, foram eliminados na consolidação. A Companhia controla uma outra empresa quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis oriundos de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de influenciar esses retornos exercendo seu poder sobre a ela. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas foram reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

Table: Consolidated Balance Sheet. Columns: Controladora, Controladora, Consolidado, Consolidado.

Nota 3 - Sumário das Principais Práticas Contábeis: Dentre as principais práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações contábeis ressaltamos: a) Regime de Escrituração - Adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, que consiste no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhos ou incorridos, independentemente do seu efetivo recebimento ou pagamento. b) Reconhecimento de Receitas - As receitas são reconhecidas quando a Companhia cumpriu suas obrigações de performance pela entrega/transfêrencia dos bens ou serviços prometidos aos clientes, nos termos do estabelecido na NBC TG 47. c) Clientes - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente quando aplicável. Os créditos correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento e venda de mercadorias ou prestação de serviço. Os créditos a receber com vencimento em até um ano estão classificados no ativo circulante e os créditos com vencimento superior a um ano são classificados no ativo não circulante. d) Ajuste a Valor Presente - O ajuste a valor presente, previsto na NBC TG 12, é calculado sobre os saldos de créditos e obrigações remanescentes na data do balanço, quando aplicável. Neste exercício, não foi aplicado o ajuste a valor presente. e) Estoques - As matérias primas são avaliadas ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado. Os produtos prontos/acabados e produtos em elaboração são avaliados pelo critério fiscal previsto no art. 308 do Decreto 9.580/2018: (i) os produtos prontos/acabados são avaliados em 70% do preço de venda; e (ii) os produtos em elaboração em 80% do valor-base dos produtos prontos/acabados. A Companhia não possui estoques obsoletos e nem a necessidade de constituir estimativas para perdas. Os estoques de insumos agropecuários foram avaliados pelo custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado. Os produtos agrícolas e animais pelo preço de mercado. f) Imobilizado e Intangível - Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação do imobilizado e a amortização sobre o intangível é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável dos bens com base nas taxas admitidas pela Receita Federal do Brasil, não sendo consideradas estimativas de vida útil e valor residual recuperável.

Table: Taxa Anual de Depreciação. Columns: Instalações, Beneficentárias em Imóveis de Terceiros, Máquinas e Equipamentos, Móveis e Utensílios, Veículos, Computadores e Equipamentos.

g) Custo Atribuído - Apesar de previsto na ITG 10, a administração optou por não realizar trabalho técnico com o objetivo de atribuir novos valores aos bens que eventualmente se encontravam com valores inferiores ao seu valor justo. A decisão da administração é baseada no argumento de que não há bens que poderiam estar com valores abaixo do mercado de forma relevante. h) Redução ao Valor Recuperável de Ativos - O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para que sejam identificadas evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda sempre que eventos ou alterações circunstanciais indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando esse for o caso, o valor recuperável é calculado para se verificar se há perda. Quando há perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. i) Estimativas para Perdas Sobre Créditos - A estimativa para perdas com devedores duvidosos é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos e tem como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência. Neste exercício, foram reconhecidos valores efetivamente perdidos no ano-calendário, após esgotados todos os procedimentos para realização dos referidos créditos. j) Imposto de Renda e Contribuição Social - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, apuração trimestral e/ou anual. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem o R\$ 240.000,00. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. k) Direitos e Obrigações - Os direitos e obrigações são apresentados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos auferidos ou incorridos. l) Capital Social - O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado; é de R\$ 440.000.000 (quatrocentos e quarenta milhões de reais), representados por 43.125.791 (quarenta e três milhões, cento e vinte e cinco mil, setecentos e noventa e uma) ações ordinárias nominativas, todas com direito a voto e sem valor nominal. m) Adiantamento a Fornecedores - Referem-se a valores de adiantamentos para compras de matérias-primas, insumos e outros itens para estoques. Neste exercício, conforme descrito na nota explicativa 10, encontra-se apropriado entre os adiantamentos, compras para recebimento futuro de produto agrícola (soja) para utilização na indústria de biodiesel, cujo desembolso ainda não foi realizado. n) Arrendamentos - A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. o) Caixa e Equivalentes de Caixa - Caixas e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

Table: Consolidated Income Statement. Columns: Controladora, Controladora, Consolidado, Consolidado.

Nota 4 - Estoques: A composição dos estoques está assim constituída:

Table: Consolidated Balance Sheet (continued). Columns: Controladora, Controladora, Consolidado, Consolidado.

Nota 5 - Tributos a Recuperar: São créditos de natureza tributária que serão recuperados no transcurso do próximo exercício, sendo que a sua constituição está demonstrada no quadro a seguir:

Table: Consolidated Balance Sheet (continued). Columns: Controladora, Controladora, Consolidado, Consolidado.

Nota 6 - Imobilizado: a) Movimentação pelo Custo

Table: Consolidated Balance Sheet (continued). Columns: Controladora, Controladora, Consolidado, Consolidado.

Nota 7 - Fornecedores: Os saldos de fornecedores são representados pelos valores devidos referentes a compras de mercadorias, materiais de consumo e serviços. Nota 8 - Empréstimos e Financiamentos: Os financiamentos estão atualizados pelos encargos incorridos até 31/12/2024, devidamente segregados em Passivo Circulante e Não Circulante de acordo com os prazos de vencimento das parcelas, assim compostos:

Table: Consolidated Balance Sheet (continued). Columns: Controladora, Controladora, Consolidado, Consolidado.

Nota 9 - Obrigações Tributárias: Nesta conta foram agrupados os impostos e contribuições incidentes sobre as operações da entidade e retidos na fonte de funcionários e prestadores de serviços, constando todos em dia quanto aos

Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas Encerradas em 31 de Dezembro de 2024 e 2023				
continuação				
prazos de recolhimento. Os tributos e contribuições sociais a recolher estão compostos pelos seguintes valores:				
Contas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
ICMS a Recolher.....	3.076.111	3.360.767	5.673.093	5.702.224
IRRF a Recolher.....	801.097	698.624	1.931.366	1.562.790
ISSQN a Recolher.....	4.003	2.295	20.804	16.544
PIS/COFINS/CSLL a Recolher Terceiros.....	0	0	20.212	34.005
PIS a Recolher.....	0	0	43.062	57.641
COFINS a Recolher.....	0	0	198.802	269.167
Tributos Parcelados.....	1.004.264	2.397.949	4.503.289	5.690.609
Total	4.885.475	6.459.736	25.924.517	19.910.570
Contas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Contribuições e Taxas.....	0	101	1.071.329	873.707
CSLL a Recolher.....	0	0	2.968.259	1.509.220
IRPJ a Recolher.....	0	0	9.494.301	4.194.663
Total Circulante	4.885.475	6.459.736	25.924.517	19.910.570
ICMS Fomentar.....	1.192.443	2.167.143	1.192.443	2.167.143
Tributos Parcelados.....	3.694.547	663.516	43.194.372	38.512.259
Tributos Diferidos.....	2.870.939	2.921.485	14.443.472	14.494.018
Imposto de Renda - Diferido..	2.110.984	2.148.151	10.620.200	10.657.366
Contribuição Social - Diferida..	759.955	773.334	3.823.272	3.836.652
Total Não Circulante	7.572.929	5.752.144	58.830.287	55.173.421
Total de Obrigações Tributárias	12.643.404	12.211.880	84.754.804	75.083.991
Nota 10 - Credores Diversos:				
Contas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Credores Diversos.....	0	10.281	97.650	204.634
Credores Diversos Jales SP....	2.683	1.560	2.683	1.560
Adiantamento de Clientes.....	181.090	307.147	388.803	446.787
Dividendos a Distribuir.....	3.666.109	3.337.035	3.666.109	3.337.035
Vendas para Entrega Futura..	0	15.333.749	0	15.333.749
Emprést. a Funcionários Jales	22.102	17.854	22.102	17.854
ICMS s/Remessa Ind. Jales.....	75.583	74.710	75.583	74.710
Credores Fuga Couros	2.111.266	2.111.266	2.111.266	2.111.266
Agropecuária Ltda.....	0	50.949.600	0	50.949.600
Credores Compra de Terreno..	0	0	599.940	629.937
Compra Entrega Futura.....	3.328.200	0	3.328.200	0
Total	9.387.033	72.143.202	10.292.336	73.107.132

O valor relativo a Cooperativa Alfa, refere-se a compra para recebimento futuro de produto agrícola (soja) para fins de utilização na indústria de biodiesel, cujo desembolso ocorrerá à medida que o produto for recebido. O mesmo montante encontra-se registrado em conta de adiantamento a fornecedores, no ativo circulante. **Nota 11 - Avals e Fianças:** Não existem avals ou fianças concedidas em favor de funcionários, diretores, sócias ou quaisquer outras pessoas físicas e jurídicas. Os avals e fianças concedidos referem-se às operações de financiamentos que se encontram reconhecidos no passivo. **Nota 12 - Instrumentos Financeiros:** Caracteriza-se como instrumento financeiro, qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio em outra entidade e são divididos nas seguintes categorias: **Ativo** ou passivo financeiro mantidos para negociação e mensurados pelo valor justo por meio do resultado; **Investimentos mantidos até o vencimento;** **Empréstimos e recebíveis;** **Ativos financeiros mantidos para venda.** Os instrumentos financeiros podem ser avaliados através de dois sistemas básicos, a saber: Valor Justo: montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos (terceiros independentes). Custo Amortizado: quantia pelo qual o ativo financeiro ou o passivo financeiro é medido no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método dos juros efetivos de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia no vencimento e menos qualquer redução (diretamente ou por meio do uso de conta redutora) quanto à perda do valor recuperável ou não possibilidade de cobrança do valor. **Valor de mercado dos instrumentos financeiros:** A administração procedeu a análise dos instrumentos financeiros que compõe o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das disponibilidades, os saldos a receber de clientes e os passivos circulantes aproximam-se do saldo contábil, em razão de que o vencimento de parte significativa desses saldos ocorre em data próxima à do balanço. Os saldos a receber de clientes e dos empréstimos e financiamentos são atualizados monetariamente, quando aplicável, com base em índices de inflação e juros variáveis em virtude das condições de mercado e, portanto, também próximos do valor justo. **Derivativos:** Na data do balanço a Companhia não possuía operações envolvendo o mercado de derivativos. **Nota 13 - Riscos das Atividades: Riscos de crédito ou de concentração:** Os riscos de crédito são medidos pela presença de situações potenciais que possam impactar negativamente no resultado e na situação patrimonial e financeira como consequência da falta de realização dos créditos registrados no ativo, denominados instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros que potencialmente poderiam sujeitar a Companhia a risco de crédito ou de concentração referem-se a saldos em bancos e créditos com clientes. No que diz respeito aos recursos mantidos em forma de caixa e equivalentes, a Companhia tem como política trabalhar com instituições tradicionais e de baixo risco, sendo que a instituição bancária que apresenta maior concentração de crédito detém 92% do montante de caixa e equivalentes de caixa. Em relação ao saldo a receber de clientes, apesar da diversificação da carteira de recebíveis, 10% do saldo está representado por dois clientes, sendo um deles, empresa do Grupo. A Companhia adota política de negociar com pessoas físicas e jurídicas que detenham capacidade de crédito e de obter garantias suficientes, quando considerado necessário, para mitigar os riscos de perdas financeiras por motivo de inadimplência. Conforme divulgado na nota que trata das práticas contábeis, é constituída estimativa de perdas de créditos, quando julgado necessário, que minimiza possíveis efeitos da ocorrência dos riscos de crédito sobre o balanço das demonstrações contábeis. **Riscos de Liquidez:** O risco de liquidez é medido pela capacidade da Companhia cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo, tendo presente a sua estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de créditos disponíveis para captação de novos recursos e principalmente seus fluxos de caixa. As principais obrigações da Companhia se concentram em agentes financeiros e fornecedores. O gerenciamento do risco de liquidez é de responsabilidade da administração, que delibera pela realização de novos investimentos e a contratação de recursos no mercado financeiro. Na data base das demonstrações contábeis consolidadas o índice de liquidez corrente e liquidez geral eram de 4,29 e 3,26 (3,75 e 2,97 em 2023), respectivamente, não havendo indicativos de falta de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio ou longo prazo. **Riscos de Mercado:** Em decorrência de suas atividades, a Companhia, por vezes, fica exposta à riscos financeiros decorrentes de mudança de preços de commodities, taxas de câmbio e taxas de juros. Para cobertura desses riscos, são realizadas operações que buscam dar cobertura aos riscos de ocorrência de situações indesejadas. **Nota 14 - Contingências Ativas e Passivas:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. **Obrigações legais:** são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a constitucionalidade de tributos. A sociedade figura em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária ora como autora, ora como ré. Em observância ao que facultam as Normas Brasileiras de Contabilidade, em razão de que a divulgação detalhada de tais informações pode vir a prejudicar a entidade no desfecho final das referidas ações, as informações acerca das contingências ativas e passivas se limitarão às informações destacadas a seguir: São reconhecidas contabilmente apenas as demandas com perdas consideradas como prováveis pelos assessores jurídicos, que neste exercício totalizou R\$ 2.137.218 consolidado. Existem outras demandas para as quais os assessores jurídicos opinam como possíveis, e que, de acordo com as práticas contábeis, não foram reconhecidas contabilmente. Nas controladas Sebo Jales Indústria e Comércio de Produtos Animais Ltda. e Sebo Várzea Grande Indústria, Comércio de Produtos Animais Ltda., existem ações consideradas como perda possível para as quais, de acordo com as práticas contábeis, nenhuma provisão foi constituída. Para garantia dessas ações foram realizados depósitos judiciais e bloqueadas algumas contas bancárias, classificadas no Realizável a Longo Prazo no montante (consolidado) de R\$ 31.946.024 (R\$ 25.755.881 em 2023). **Nota 15 - Demonstração dos Fluxos de Caixa:** Na montagem da demonstração dos fluxos de caixa individual e consolidado, além dos ajustes evidenciados na própria demonstração, foram efetuados ajustes nos saldos das contas patrimoniais para eliminar efeitos de variações que efetivamente não representaram movimentação de caixa. A Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios de 2024 e 2023 foram elaboradas pelo método indireto. **Nota 16 - Eventos Subsequentes:** Não ocorreram eventos subsequentes entre a data de encerramento do exercício social e de aprovação das demonstrações contábeis para fins de divulgação em 21/03/2025 e de revisão dos auditores independentes em 28/03/2025 que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira. **Nota 17 - Balanço Social:** As informações de natureza social e ambiental, identificadas como balanço social, não fazem parte das demonstrações contábeis e não foram auditadas.

Patrícia Fuga Beber
CPF 567.075.090-04 - Diretora

Ivanor Antonio Benedetti
CPF 003.898.620-53 - Contador CRC RS 023557/0

Conselheiros: Constante Caetano Fuga, Paulo Sergio Magnabosco, Ivanor Antônio Benedetti, Iedo Claudino Fuga

Diretores: Luis Eduardo Fuga, Fabrício Fuga, Patrícia Fuga Beber, Andre Benedetti, Iedo Fuga Junior, Paulo José Fuga, José Gustavo Fuga, Diego Riva Magnabosco

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos acionistas da FUGA S/A Marau - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da FUGA S/A, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, do Resultado Abreangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da FUGA S/A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparabilidade, foram por nós auditadas e o relatório de opinião emitido em 28 de março de 2024, sem modificações. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e apurar se existe inconsistência relevante com as demonstrações contábeis ou, com base no conhecimento obtido na auditoria, aparenta estar distorcido de forma relevante, e comunicar esses fatos em nosso relatório. Nenhuma informação adicional ao conjunto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi submetida para fins de apreciação e manifestação. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e su-

ficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. d) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Porto Alegre/RS, 28 de março de 2025.

José Roberto Simas - Contador CRC RS 062801/0-1
Carlos Rogério F. da Silva - Contador CRC RS 083330/0-0
DICKEL & MAFFI - AUDITORIA E CONSULTORIA SS - CRC RS 3.025

Jornal do Comércio

TUDO AO SEU ALCANCE, NO SEU TEMPO

CONTEÚDO, ANÁLISES E PODCASTS



Baixe no App Store



DISPONÍVEL NO Google Play

Baixe o App e conecte-se à informação com apenas um clique!

PUBLICIDADE LEGAL

**FERRAGENS VIANNA S.A. – IMPORTADORA E
COMÉRCIO EM GERAL**
CNPJ 92.192.236/0001-95
NIRE 43.300.016.901

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária**

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **29 de abril de 2025**, às **17:15 horas**, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.

Porto Alegre/RS, 15 de abril de 2025.

A Diretoria
Augusto Lauro de Oliveira Júnior
Luciano Adures de Oliveira
Sérgio Martins de Oliveira

Jornal do Comércio

**TUDO AO SEU ALCANCE,
NO SEU TEMPO**

CONTEÚDO, ANÁLISES E PODCASTS



Baixe o App
e conecte-se
à informação com
apenas um clique!

PUBLICIDADE LEGAL

PEROLI S.A. PARTICIPAÇÕES
 CNPJ 01.093.994/0001-09
 NIRE 43.300.034.381
Assembleia Geral Ordinária
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
 Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **29 de abril de 2025, às 17:00 horas**, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.
 Porto Alegre/RS, 15 de abril de 2025.
A Diretoria
 Augusto Lauro de Oliveira Júnior
 Luciano Adures de Oliveira
 Sérgio Martins de Oliveira

Jornal do Comércio

CONTEÚDOS ESTRATÉGICOS E
 INFORMAÇÕES DE QUALIDADE

**DIRETO NO SEU
 WHATSAPP**

Escaneie o
QRCode e
 acesse o
 canal
 do JC



PUBLICIDADE LEGAL

REAL EMPREENDIMENTOS S.A.
 CNPJ 92.213.552/0001-04
 NIRE 43.300.011.429
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária
 Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **29 de abril de 2025**, às **15:00 horas**, na sede social, situada na cidade Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício-social encerrado em 31 de dezembro de 2024; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia no próximo mandato; e d) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia e fixar o montante da remuneração dos administradores. Porto Alegre/RS, 15 de abril de 2025. **Augusto Lauro de Oliveira Júnior** - Presidente do Conselho de Administração

CONTEÚDO, ANÁLISES E PODCASTS.

**TUDO AO SEU ALCANCE,
 NO SEU TEMPO.**

Baixe o App e conecte-se
 à informação com apenas um clique!



Jornal do Comércio
 O jornal de economia e negócios do RS